



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Agência Brasileira de Cooperação - ABC

Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Primeiro Levantamento (2005-2009)

Guia de Orientações Básicas

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

JULHO 2010

Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Primeiro Levantamento (2005-2009)

Guia de Orientações Básicas

Este Guia foi elaborado por Guilherme de Oliveira Schmitz, João Brígido Bezerra Lima e Manuel José Forero Gonzalez Técnicos de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA e Rodrigo Pires de Campos (consultor).

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	04
1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES	05
Sobre o Guia	
O que é o Levantamento?	
Qual é o objetivo do Levantamento?	
Quais instituições participam do Levantamento?	
Quem se responsabilizará pelos trabalhos nos ministérios e entidades?	
Quais serão as fases do Levantamento?	
2. DEFINIÇÕES BÁSICAS	07
O que é a COBRADI?	
Como o Ponto Focal saberá quais dados coletar em seu órgão ou entidade?	
3. DADOS DE INTERESSE PARA O LEVANTAMENTO	09
4. CLASSIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	14
5. DEFINIÇÕES DAS MODALIDADES DA COOPERAÇÃO	15
6. CRONOGRAMA DO LEVANTAMENTO	16
ANEXO: PERGUNTAS E RESPOSTAS FREQUENTES	17

APRESENTAÇÃO

Não configurava prática corrente no âmbito da administração pública federal a identificação, resgate e sistematização dos dados e informações dos órgãos e entidades dos diversos setores do governo federal que, de modo crescente, disponibilizam recursos para atividades, projetos e programas em vários países do mundo e organizações internacionais, ampliando a chamada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI).

Ciente da relevância da COBRADI na atualidade, o Ministério das Relações Exteriores propôs à Presidência da República a realização deste Primeiro Levantamento dos recursos do governo federal brasileiro investidos na cooperação internacional para o desenvolvimento no período 2005-2009.

Em janeiro de 2010, em resposta a essa demanda, estabeleceu-se uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com o apoio da Casa Civil da Presidência da República, para a consolidação da metodologia a ser adotada no Levantamento.

A preparação dos relatórios setoriais ou temáticos por órgãos e entidades públicas supõe a existência de um guia geral de referência sobre cuja estrutura devam basear-se todos aqueles que desempenham atividades e procedimentos neste Primeiro Levantamento.

Nesse sentido, o Guia de Orientações Básicas se propõe a servir de ferramenta de trabalho e se constitui numa abordagem metodológica desse processo de fortalecimento institucional da cooperação prestada.

O Guia não exige outros conhecimentos de seu usuário para satisfazer as necessidades quanto à qualidade mínima das informações a serem levantadas.

O método utilizado neste Guia é pragmático, orientando-se para a descrição das tarefas desenvolvidas pelos diferentes perfis designados para a realização dos trabalhos de levantamento e tratamento dos dados. A preocupação em estabelecer o interrelacionamento entre esses diferentes perfis é sua característica mais importante.

Ao estabelecer um guia genérico que simplifica a realidade para fins metodológicos, com ênfase no que se deve considerar e desconsiderar, cumpre ressaltar que caberá a cada um de seus usuários decidir, com base nas características e particularidades da iniciativa de cooperação relatada (caso a caso), quantificá-la e classificá-la segundo critérios e categorias aqui apresentados.

Por fim, cumpre registrar que objetivando criar condições para que cada integrante deste trabalho consiga realizar suas funções, tanto no âmbito individual, quanto no da organização, propõe-se um sistema constituído pelos seguintes perfis por Ministério e Entidades: **Ponto Focal**; **Apoio ao Ponto Focal**; **Administrador** e **Operador**. Essas são relações de responsabilidade, de modo que possibilitem às pessoas saberem exatamente qual é sua tarefa, qual o relacionamento dessa tarefa com as outras e onde procurar autoridade para as decisões.

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Sobre o Guia

Este Guia reúne os direcionamentos e procedimentos necessários à realização do Primeiro Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI) e se constitui no manual de orientação básica para aqueles responsáveis pela condução dos trabalhos nos diferentes ministérios e entidades.

O objetivo deste Guia é facilitar a realização do Levantamento no âmbito de cada órgão e entidade do governo federal e responde às seguintes perguntas:

- O que é o Levantamento?
- Qual é o objetivo do Levantamento?
- Quais instituições participam do Levantamento?
- Quem se responsabilizará pelos trabalhos nos ministérios e entidades?
- Quais serão as etapas do Levantamento?
- Quais são as definições, nomenclaturas, classificações, e os critérios norteadores do Levantamento?
- Quando será realizado o Levantamento?

O que é o Levantamento?

O crescente envolvimento do Brasil em questões internacionais consolidou a importância da cooperação internacional oferecida em diversos setores pelo país. A cooperação tornou-se reconhecida como um importante instrumento de política externa nacional e de relevante contribuição para o desenvolvimento internacional.

Ao longo da primeira década dos anos 2000, órgãos e entidades de diversos setores do governo federal crescentemente ofereceram seus recursos para atividades, projetos e programas em vários países do mundo e para o uso de organizações internacionais, ampliando a chamada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI).

Entre abril e maio de 2010, de posse de uma proposta preliminar de metodologia, o IPEA e a ABC realizaram rodadas de reuniões com órgãos e entidades do governo federal, ampliando e aprofundando o conhecimento acerca da COBRADI, suas características e peculiaridades, permitindo, em bases participativas, o aprimoramento e o refinamento do método de trabalho.

Qual é o objetivo do Levantamento?

O Levantamento objetiva identificar o montante de recursos do governo federal brasileiro, de seus respectivos órgãos e entidades, aplicado na cooperação internacional para o desenvolvimento nos últimos 5 (cinco) anos, ou seja, de 2005 a 2009.

Quais instituições participam do Levantamento?

Neste primeiro levantamento, decidiu-se incluir todas as entidades do governo federal e órgãos da administração indireta, totalizando aproximadamente 140 instituições.

Quem se responsabilizará pelos trabalhos nos ministérios e entidades?

Os trabalhos do Levantamento serão realizados por servidores e por pessoas designadas pelos representantes dos Ministérios e das Entidades da Administração Pública Federal. Assim, considerando-se o elevado número de atribuições e a abrangência do trabalho no âmbito dessas organizações e com o intuito de assegurar o efetivo registro das atividades de cooperação internacional, o **Formulário Eletrônico** desenvolvido para dar suporte ao Levantamento admite o lançamento de dados pelos seguintes perfis em cada Ministério e/ou Entidades: **Ponto Focal**; **Apoio**

ao Ponto Focal; Administrador e Operador. Essas são relações de responsabilidade, de modo que possibilitem às pessoas saberem exatamente qual é sua tarefa, qual o relacionamento dessa tarefa com as outras e onde procurar autoridade para as decisões.

Cada ministério ou entidade da administração tem um contato direto com a ABC. Esse contato é o responsável por recolher informações e coordenar a inclusão dessas no formulário eletrônico de seu organismo. Esses são os chamados **Pontos Focais**. Cabe ao Ponto Focal, a seu critério, cadastrar servidor ou pessoa de sua força de trabalho para atuar como **Apoio ao Ponto Focal**. Esse perfil terá a função de auxiliar o Ponto Focal na compilação dos dados do ministério ou entidade e seu lançamento nos diferentes campos existentes no Formulário Eletrônico.

Compete, ainda, ao Ponto Focal cadastrar servidor ou pessoa de sua força de trabalho para atuar como **Administrador** em cada unidade administrativa do ministério ou entidade. O administrador será responsável pelo levantamento das informações e sua inserção no Formulário Eletrônico. Para assistir o Administrador em suas atribuições, criou-se o perfil do **Operador**. A função do Operador é a de inserir no sistema eletrônico os dados sobre cooperação internacional da área onde trabalha, conforme indicação do Administrador.

Quais serão as etapas do Levantamento?

Os trabalhos do Levantamento foram planejados para ocorrerem em 7 (sete) etapas:

1. Indicação dos Pontos Focais

No início dos preparativos para o Levantamento, a ABC solicitou aos órgãos e às entidades a indicação formal de um Ponto Focal responsável pela coleta de dados. Cabe, portanto, ao **Ponto Focal** responsabilizar-se pela coleta de dados em toda sua instituição, pela verificação da consistência das informações, bem assim sua inserção no **Formulário Eletrônico**. Ao Ponto Focal compete ainda cadastrar no sistema aqueles que assumirão as atividades de Apoio ao Ponto Focal; as de Administrador e as de Operador

2. Capacitação dos pontos focais dos órgãos e entidades vinculadas:

Com base na listagem dos pontos focais indicados pelos órgãos e entidades, o IPEA e ABC realizaram, no dia 08 de junho de 2010, uma oficina de capacitação. Naquela oportunidade, disponibilizou-se versão preliminar do Guia de Orientações Básicas e a apresentação dos procedimentos recomendados para a coleta dos dados, sua compilação e inserção na base de dados. O Guia disponibilizado na capacitação possibilitava aos Pontos Focais atuarem como multiplicadores do conhecimento para a realização do Levantamento em suas instituições, de acordo com suas necessidades.

3. Início do Levantamento a partir do formulário eletrônico em formato Excel:

O dia 8 de junho de 2010 marcou o início do Levantamento. Os pontos focais foram habilitados a dar início à coleta de dados utilizando a versão eletrônica do formulário em formato Excel, disponível para *download* no *website* do IPEA, à época. De posse dos dados anotados na planilha e verificada sua consistência, os Pontos Focais deveriam inserí-los no formulário preliminar.

4. Construção do formulário eletrônico:

Logo após a capacitação, deu-se início à construção do formulário eletrônico para a inserção dos dados do Levantamento. Esse formulário estará disponível em endereço eletrônico a ser comunicado a partir de 30 julho de 2010.

5. Reuniões gerais de monitoramento:

Durante a execução do Levantamento, as eventuais dúvidas e necessidades deverão ser encaminhadas para o e-mail: LCB@abc.gov.br. Com vistas a acompanhar e apoiar o Levantamento, o IPEA e a ABC realizarão 3 (três) reuniões gerais de monitoramento com os pontos focais dos órgãos e entidades vinculadas. As reuniões serão realizadas, respectivamente, em 30 de julho, 30 de agosto e 30 de setembro de 2010 e delas serão gerados relatórios sobre o avanço do Levantamento tanto para a Casa Civil, quanto para o Ministério das Relações Exteriores. A primeira reunião ocorrerá no dia 30 de julho, às 9h30, no Auditório do IPEA. O local e hora das demais reuniões serão oportunamente informados.

6. Apuração final e checagem dos dados do Levantamento:

A conclusão dos trabalhos do Levantamento está prevista para o dia 15 de outubro de 2010, quando se processará a apuração final dos dados, organizando-os por órgão e entidade vinculada, setores de destino, tipos e modalidade de cooperação, países ou organizações internacionais de destino, valores e seus respectivos anos (2005, 2006, 2007, 2008 e 2009).

7. Publicação do Relatório Nacional sobre o tema:

Após a organização dos dados do Levantamento, até o final do ano de 2010 será publicado o **Rrelatório Nacional** sobre o tema.

Em caso de imprevisto que leve à mudança do nome do servidor indicado como Ponto Focal, recomenda-se comunicar à ABC com a brevidade possível.

2. DEFINIÇÕES BÁSICAS

O que é a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI)?

Para os fins deste Levantamento, definiu-se a COBRADI como:

A totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, parcialmente ou totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições sócio-econômicas.

A título de ilustração, a COBRADI inclui, por exemplo, recursos da cooperação técnica (bolsas de estudo a estrangeiros), doações em espécie (medicamentos), horas técnicas de funcionários e profissionais brasileiros empregadas para a capacitação de estrangeiros, passagens e diárias, entre outros recursos a serem detalhados no item 3 deste Guia.

Da mesma forma, apenas a título de ilustração, a COBRADI não se caracteriza pela aplicação de recursos públicos cujos resultados serão aplicados em território nacional, como, por exemplo, bolsas de estudos concedidas a brasileiros no exterior; participação de funcionários e profissionais do governo federal brasileiro em congressos, conferências, seminários, fóruns e outros eventos congêneres; investimentos do governo federal destinados à promoção comercial de produtos brasileiros no exterior, entre outros recursos detalhados no item 3 deste Guia.

Como saber quais dados coletar em seu ministério ou entidade?

Essa é uma pergunta fundamental para este Levantamento. Há no governo federal brasileiro inúmeras atividades de natureza financeira, técnica, científica e tecnológica, entre outras, que recebem a denominação de “cooperação internacional”. Nem todas essas atividades serão computadas neste Levantamento.

Portanto, para coletar dados sobre a COBRADI será preciso, antes, identificar o que se enquadra e o que não se enquadra na definição proposta. Isso exige uma análise cuidadosa e criteriosa, caso a caso. Para facilitar essa análise, apresentamos a seguir um esquema didático simplificado; um passo-a-passo com algumas perguntas e respostas norteadoras:

PASSO 1: Identifique as atividades de cooperação internacional em todo o órgão/entidade.

PASSO 2: Faça ou peça para fazerem uma descrição breve de cada uma dessas atividades. De posse dessa descrição, siga as perguntas e respostas abaixo:

PERGUNTA 1: A descrição refere-se à aplicação de recursos (moeda, recursos humanos, equipamentos, materiais diversos, produtos e/ou serviços) brasileiros parcialmente ou integralmente a fundo perdido em países, organizações internacionais, ou para estrangeiros em território nacional?

Se a resposta for “SIM”: Avançar para a **PERGUNTA 2**.

Se a resposta for “NÃO”: Não incluir os dados neste Levantamento.

PERGUNTA 2: Os recursos aplicados são destinados primordialmente para desenvolvimento sócio-econômico de outros países que não o Brasil, ou para o fortalecimento de organizações internacionais das quais o Brasil não toma recursos emprestados?

Se a resposta for “SIM”: Coletar os dados e incluir no Levantamento.

Se a resposta for “NÃO”: Não incluir os dados neste Levantamento.

Entendemos que as respostas “Sim” e “Não” acima nem sempre serão claras e inequívocas. Assim, visando melhor capacitar os pontos focais, a seguir, no item 3, apresentam-se os dados que deverão ser incluídos e os que não deverão ser incluídos neste Levantamento. De posse desses esclarecimentos, será possível visualizar com maior clareza os dados necessários ao Levantamento.

ATENÇÃO:

Caso as dúvidas persistam durante a realização do Levantamento, sugere-se entrar em contato com o apoio disponível pelo e-mail:

LCB@abc.gov.br

3. DADOS DE INTERESSE PARA O LEVANTAMENTO

Como mencionado anteriormente, o Levantamento compreenderá o período de 2005 a 2009. Assim, cada órgão ou entidade do governo federal deverá coletar seus dados internos, de forma estimada, e apresentá-los quantificados em moeda nacional (R\$), em valores correntes, ano a ano. Os dados de interesse para os fins deste Levantamento são relativos a¹:

Horas técnicas

Incluir	Não incluir
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizadas para a educação, capacitação, treinamento e outras formas de transferência ou compartilhamento sistematizado de conhecimento acumulado no Brasil para estrangeiros, estejam eles no exterior ou no Brasil. • Atuando exclusivamente e diretamente na cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional, mais especificamente na Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), nas assessorias internacionais dos ministérios e entidades vinculadas, ou nas missões diplomáticas do Brasil no exterior. • Dedicadas à produção ou adaptação de uma tecnologia (produto ou serviço) visando atender predominantemente à necessidade de um determinado país, grupo de países individualmente ou regionalmente. • De forças militares brasileiras destinadas à garantia dos direitos humanos, ao monitoramento de eleições, à reabilitação e desmobilização de soldados, bem como sua repatriação, ao aconselhamento sobre estabilização social, ao recolhimento de armas da sociedade civil, à desativação de minas terrestres, dentre outros propósitos de cunho eminentemente pacífico. • Horas técnicas de pessoas de suporte técnico da ABC e das assessorias internacionais dos Ministérios e Entidades Vinculadas, diretamente envolvidos em ações de cooperação internacional, tais como tradução e interpretação, manutenção de sistemas de informação, logística, entre outros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de funcionários e profissionais do governo federal brasileiro em eventos de caráter técnico-científico, ou de caráter mais genérico, nos quais haja o compartilhamento de conhecimento por outros representantes de outros países. Congressos e conferências científicas das quais vários países participam e contribuem com seus conhecimentos acumulados, ou eventos do gênero, portanto, não serão computados. • Horas técnicas do pessoal de suporte técnico da ABC e das assessorias internacionais não diretamente envolvido nas ações de cooperação internacional para o desenvolvimento (como, por exemplo, secretariado, informática, entre outros). • Horas técnicas de funcionários do governo federal (incluindo diplomatas) destinadas à articulação político-estratégica para a concretização de, ou resolução de conflitos em, acordos de cooperação para o desenvolvimento internacional, à promoção comercial de produtos e/ou serviços nacionais no exterior, e a outras ações que não envolvam diretamente o compartilhamento ou repasse de conhecimentos acumulados pelo Brasil para estrangeiros. • Horas técnicas de militares brasileiros destinadas a operações militares com fins não-pacíficos, de caráter estabilizador, que autorizem o uso da força para proteger a missão, os participantes da missão, os civis e grupos não envolvidos no conflito, além de outras possibilidades que são estabelecidas no Mandato da Missão.
Forma Sugerida de Cálculo	
Dividir o salário bruto do funcionário ou profissional (em R\$, valores correntes) (verificar com RH), pelos 30 dias do mês referente ao seu afastamento e, a partir do valor obtido, multiplicar pelo número de dias de atividades desse recurso em outro país.	

¹ Novos dados poderão compor as listagens apresentadas (seja na coluna “incluir” ou “não incluir”, mediante consulta prévia aos responsáveis pelo levantamento no IPEA.

Bolsas de estudantes e de pesquisadores

Incluir	Não incluir
<ul style="list-style-type: none"> Estudantes e pesquisadores estrangeiros fazendo cursos de treinamento, capacitação, graduação, aperfeiçoamento, atualização, especialização, mestrado ou doutorado no Brasil (incluindo bolsas de estudo e materiais utilizados em seus estudos). 	<ul style="list-style-type: none"> Bolsas de estudo destinadas aos estudantes e pesquisadores brasileiros no exterior, visto que a função primordial das mesmas é permitir a capacitação de brasileiros no exterior, ou seja, envolve benefício direto para o Brasil.
Forma Sugerida de Cálculo	
Valores estimados(em R\$), segundo fórmula de cálculo de cada órgão/entidade	

Passagens e Diárias

Incluir	Não incluir
<ul style="list-style-type: none"> Valores estimados de diárias e passagens associados ao transporte e subsistência de funcionários e profissionais do governo brasileiro quando diretamente envolvidos (aportando conhecimento) em missões de planejamento, execução e monitoramento de atividades de cooperação internacional para o desenvolvimento no exterior. Valores estimados de diárias e passagens associados ao transporte e subsistência de estrangeiros para sua capacitação em território nacional, ou em outros países. 	<ul style="list-style-type: none"> Adotar as mesmas orientações sugeridas no item “não incluir” das horas técnicas, logo acima.
Forma Sugerida de Cálculo	
Valores estimados (em R\$ correntes) referentes às despesas com passagens e diárias.	

Materiais e Equipamentos

Incluir	Não incluir
<ul style="list-style-type: none"> Valores estimados de materiais impressos ou eletrônicos (incluindo publicações) pelo governo federal brasileiro para a realização de eventos de capacitação em geral, seja no Brasil ou no exterior. Valores estimados de materiais físicos empregados como parte da educação ou capacitação de estrangeiros no Brasil ou no exterior (por exemplo, reagentes de laboratório, materiais orgânicos, materiais genéticos, dentre outros materiais de alto valor agregado). Valores estimados de equipamentos em geral doados em projetos de cooperação internacional do Brasil no exterior. 	<ul style="list-style-type: none"> Materiais impressos destinados exclusivamente à promoção (marketing) das ações de cooperação internacional do governo federal brasileiro no Brasil ou no exterior. Materiais empregados na capacitação de estrangeiros no setor militar para fins não-pacíficos. Todo e qualquer material ou equipamento destinado ao uso militar com fins não-pacíficos.
Forma Sugerida de Cálculo	
Valores estimados (em R\$ correntes) das despesas geradas com a aquisição desses materiais. Estimativa das horas técnicas eventualmente empregadas na produção desses materiais e equipamentos.	

Instalações Físicas

Incluir	Não incluir
<ul style="list-style-type: none"> Gastos associados à utilização temporária de bens imóveis, de forma significativa, pelo governo federal no Brasil ou no exterior como apoio às ações de cooperação internacional, incluindo alojamento e hospedagem. Gastos associados à utilização temporária de bens móveis (veículos de transporte, equipamentos, produtos e materiais em geral) e de forma significativa pelo governo federal no Brasil ou no exterior como apoio às ações de cooperação internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Gastos irrisórios com bens móveis ou imóveis, como por exemplo o empréstimo de um computador para um estrangeiro verificar sua caixa de e-mails, o uso de um espaço físico para uma breve reunião de coordenação de ações, entre outras situações corriqueiras de uso de bens móveis e imóveis.
Forma Sugerida de Cálculo	
Valor de mercado estimado (em R\$ correntes) do aluguel dos bens móveis e imóveis.	

Outras Cooperações Técnicas

Incluir	Não incluir
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento ou construção de infraestrutura (fábricas, redes de saneamento, rodovias, centros de treinamento, represas, museus, bibliotecas, escolas de arte e música, instalações esportivas, campos de produção agrícola, entre outros) em outros países. Apoio ao estabelecimento de refugiados e seus familiares durante seu primeiro ano no Brasil, incluindo transporte, alimentação, vestuário, diárias, aluguel, e outros serviços ou produtos específicos. Incluem-se também os gastos com a repatriação de refugiados. Gastos associados ao transporte de equipamentos e materiais do Brasil até as regiões em que se realizam ações de cooperação internacional para o desenvolvimento. Valores estimados de materiais impressos ou eletrônicos (incluindo publicações) do governo federal publicados com o propósito de conscientização da população sobre as ações de cooperação para o desenvolvimento internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Refugiados no país depois de completado o primeiro ano desde a sua chegada no Brasil.
Forma Sugerida de Cálculo	
Valores estimados(em R\$), segundo fórmula de cálculo de cada órgão/entidade	

Cooperação Financeira

Incluir	Não incluir
<ul style="list-style-type: none"> • Doações financeiras (sem contrapartida); • Valores estimados de doações de suprimentos pelo governo federal brasileiro, regulares ou esporádicas (inclusive em momentos de crise), por meio do setor privado ou diretamente para o governo de um país, incluindo medicamentos, alimentos, sementes, materiais de construção, entre outros suprimentos nacionais. • Contribuições do governo federal brasileiro para organizações internacionais das quais o Brasil não toma recursos emprestados para seu benefício direto.² • Contribuições do governo federal brasileiro para organizações internacionais, sejam contribuições regulares ou a integralização de capital em organismos financeiros internacionais de desenvolvimento (OFID) dos quais o Brasil não é tomador de recursos. • Créditos oficiais à exportação concedidos pelo governo federal brasileiro, com elemento de concessionalidade. • Reescalamentos decorrentes de dívidas vencidas e não pagas referentes a empréstimos oficiais As condições do reescalamento e/ou do perdão concedido são negociadas bilateralmente com os países devedores, nos termos da legislação vigente e podem seguir as diretrizes do Clube de Paris, que tem como uma de suas premissas o alívio da dívida externa de países pobres altamente endividados, em consonância com programas de redução da pobreza definidos em conjunto com o Banco Mundial e o FMI. 	<ul style="list-style-type: none"> • Toda e qualquer doação destinada ao uso militar com fins não-pacíficos. • Contribuições do governo federal brasileiro para organismos internacionais sujeitos de direito interno – como associações, sociedades, ongs, institutos – que estão sujeitos ao direito interno de um determinado país e, por conseguinte, cujos textos constitutivos são dispensados de submissão para aprovação pelo Congresso Nacional. • Recursos do governo federal brasileiro desembolsados para organizações internacionais sediadas no Brasil, sobretudo do sistema ONU, que se reverterem em benefício próprio do governo federal brasileiro. • Taxas de administração cobradas por organizações internacionais do sistema ONU no repasse de recursos para o governo federal brasileiro, bem como os rendimentos oriundos dessas taxas, mesmo que eventualmente aplicados pela organização na chamada cooperação sul-sul.
Forma Sugerida de Cálculo	
Valores estimados (em R\$), segundo formas de cálculo de cada órgão/entidade. Para doações em espécie, considerar o valor de mercado estimado (em R\$) dos produtos à época em que ocorreu a doação.	

ATENÇÃO:

Como já indicado acima neste Guia, é possível que mesmo com o passo-a-passo e a listagem de dados a serem incluídos e não-incluídos, persistam dúvidas. Nesse caso, sugere-se fazer contato por e-mail com o plantão de dúvidas da ABC, disponível pelo seguinte e-mail: LCB@abc.gov.br

² Vale lembrar que a partir de 2009 o Ministério do Planejamento centralizou as contribuições para organizações internacionais. Caberá ao Ministério do Planejamento, portanto, informar os valores das contribuições em 2009, e aos demais ministérios os valores relativos aos anos anteriores (2005, 2006, 2007 e 2008).

4. CLASSIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS RECURSOS

Ao preencher o **Formulário Eletrônico** do Levantamento que será disponibilizado na primeira semana de agosto, os órgãos e entidades deverão se identificar, identificar a iniciativa de cooperação relatada (caso a caso), quantificá-la e classificá-la segundo critérios e categorias aqui apresentados. Sugere-se utilizar as explicações a seguir no momento do preenchimento do Formulário Eletrônico.

1. Identificação da cooperação: Serão apresentados dados que permitam a identificação dos conjuntos de ações de cooperação de um determinado órgão ou entidade vinculada, segundo os itens abaixo indicados:
 - Descrição da cooperação: Descrição muito breve da iniciativa de cooperação relatada. Incluir título e sigla do programa ou projeto, se houver.
 - Indicação de referência jurídica da cooperação (portaria, decreto, ou outros instrumentos jurídicos), quando houver.
2. Tipo de cooperação: Será necessário indicar se a cooperação é bilateral ou multilateral, segundo os critérios indicados a seguir:
 - Bilateral: Recursos do Brasil que eventualmente são aplicados num país específico, inclusive quando esses recursos são depositados num organismo multilateral com a determinação explícita de que sejam repassados a um determinado país. No caso de os recursos serem parte da cooperação bilateral, **será necessário indicar o país**, ou conjunto de países nos quais esses recursos foram aplicados e seus respectivos continentes (América, Ásia, África, Europa, Oceania).
 - Multilateral: Recursos do Brasil aplicados em organizações internacionais de direito internacional público, sem a determinação prévia de que sejam repassados para um determinado país, ficando essa decisão a critério da organização. **Será necessário indicar o organismo internacional para o qual esses recursos foram desembolsados.**
3. Modalidade de cooperação: Será necessário classificar os recursos conforme categorias globais de modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento. A definição de cada um dos itens a seguir encontra-se no item 5 deste documento.
 - Ajuda humanitária
 - Bolsas de estudo para estrangeiros
 - Contribuições para organizações internacionais
 - Contribuições regulares
 - Integralização de capital
 - Cooperação Técnica
 - Custos administrativos associados
 - Equipamentos de naturezas diversas
 - Treinamentos e capacitações
 - Créditos oficiais às exportações
 - Operações de paz
 - Reescalonamento de dívidas externas, com concessão de perdão parcial ou total
 - Refugiados no Brasil

4. Setor finalístico da cooperação: Serão indicados os setores nos quais os recursos da cooperação brasileira para o desenvolvimento foram aplicados no exterior, ou para estrangeiros no Brasil. No caso de recursos destinados a grupos específicos (mulheres, negros, refugiados, entre outros) sugere-se adotar a categoria mais pertinente (saúde, educação, agricultura, direitos humanos, entre outros). Os setores contemplados são:
- | | |
|----------------------------|--------------------------------------|
| ○ Agricultura | ○ Pecuária |
| ○ Comércio | ○ Pesca |
| ○ Comunicação | ○ Promoção da sociedade civil |
| ○ Cultura | ○ Recursos minerais e mineração |
| ○ Direitos Humanos | ○ Saneamento e abastecimento de água |
| ○ Educação | ○ Saúde |
| ○ Energia | ○ Segurança Pública |
| ○ Esportes | ○ Seguridade Social |
| ○ Finanças | ○ Serviços |
| ○ Fortalecimento do Estado | ○ Tecnologia da Informação |
| ○ Habitação | ○ Tecnologia Espacial |
| ○ Indústria | ○ Transportes |
| ○ Justiça | ○ Turismo |
| ○ Meio-Ambiente | |
5. Detalhamento dos recursos: Antes de indicar os valores estimados, será preciso ainda indicar mais detalhadamente a natureza dos recursos da cooperação, conforme a listagem a seguir:
- Horas técnicas
 - Materiais/Equipamentos
 - Doações em espécie (suprimentos)
 - Passagens e diárias
 - Cooperação Financeira
 - Instalações físicas
6. Valor estimado: Serão computadas as estimativas dos valores de fato desembolsados pelo governo federal brasileiro, e não aqueles valores simplesmente alocados. Ao final do preenchimento do valor estimado, será possível visualizar um resumo com a confirmação dos dados inseridos, como indicado abaixo.
- 2005
Descrição/Bilateral/Angola/Saúde/Doação em espécie/R\$ _____
Descrição/Multilateral/UNESCO/Educação/Contribuições para O.I./R\$ _____
 - 2006
...../R\$ _____
...../R\$ _____
 - 2007
...../R\$ _____
...../R\$ _____
 - 2008
...../R\$ _____
...../R\$ _____
 - 2009
...../R\$ _____
...../R\$ _____

5. DEFINIÇÕES DE MODALIDADES DA COOPERAÇÃO

Os recursos da COBRADI serão classificados conforme modalidades cujas definições estão disponíveis no Quadro 1 a seguir. Esse Quadro é uma referência para consulta no caso de dúvidas no momento do preenchimento do formulário eletrônico.

Quadro 1: Modalidades e respectivas definições para a classificação no formulário eletrônico

MODALIDADE	DEFINIÇÃO
Cooperação técnica Treinamentos e capacitações Equipamentos diversos Custos administrativos	(a) Pagamentos diretos ou indiretos (salários ou diárias e passagens), (b) Pagamentos diretos ou indiretos ou doações para a remuneração de horas técnicas de funcionários, consultores, técnicos, peritos, professores, gestores e congêneres do Brasil prestando serviços de consultoria, treinamento ou outros no Brasil ou em outros países, incluindo diárias e passagens, (c) Gastos com materiais de naturezas diversas (inclusive instrucionais) disponibilizados para países ou seus nacionais em território brasileiro, por determinado período de tempo. (d) Gastos associados ao transporte de equipamentos e materiais do Brasil até as regiões em que se realizam ações de cooperação internacional para o desenvolvimento; (e) Gastos associados à utilização temporária de bens móveis (veículos de transporte, equipamentos, produtos e materiais em geral) e de forma significativa pelo governo federal no Brasil ou no exterior como apoio às ações de cooperação internacional; (f) Gastos associados à utilização temporária de bens imóveis, de forma significativa, pelo governo federal no Brasil ou no exterior como apoio às ações de cooperação internacional, incluindo alojamento e hospedagem.
Bolsas de estudo para estrangeiros	Concessão de bolsas para nacionais de países recebendo qualquer tipo de educação, capacitação, treinamento ou aperfeiçoamento no Brasil ou no exterior.
Ajuda humanitária	Pagamentos ou doações destinadas a salvar vidas, aliviar o sofrimento e manter e proteger a dignidade humana durante ou posteriormente à ocorrência de conflitos ou desastres naturais. Inclui serviços (horas técnicas) e produtos para a prevenção e preparação para desastres, oferta de abrigo, alimentos, medicamentos, água e saneamento, serviços de saúde e outros itens de assistência para o benefício de pessoas afetadas e para facilitar o retorno às vidas normais.
Operações de paz	Forças militares e policiais brasileiras destinadas à garantia dos direitos humanos, ao monitoramento de eleições, à reabilitação e desmobilização de soldados, bem como sua repatriação, ao aconselhamento sobre estabilização social, ao recolhimento de armas da sociedade civil, à desativação de minas terrestres, dentre outros propósitos de cunho civil.
Refugiados no Brasil	Doações do governo brasileiro para pessoas que fugiram de suas casas devido a guerras civis ou insurgência severa, segundo a definição vigente no âmbito do governo federal (Lei 9474/97 Conare).
Contribuições para organizações internacionais Contribuições regulares Integralização de capital	Contribuições regulares para organizações internacionais com personalidade jurídica de Direito Internacional Público e cujos tratados são aprovados pelo Congresso Nacional, promulgados por Decreto do Presidente da República, e criam obrigações para o Brasil no que tange suas políticas públicas setoriais. Integralização de capital em organismos financeiros internacionais de desenvolvimento (OFID) dos quais o Brasil não é tomador de recursos.
Reescalonamento de dívidas externas, com concessão de perdão parcial ou total	Reescalonamentos decorrentes de dívidas vencidas e não pagas referentes a empréstimos oficiais. As condições do reescalonamento e do perdão concedido são negociadas bilateralmente com os países devedores, nos termos da legislação vigente e podem seguir as diretrizes do Clube de Paris, que tem como uma de suas premissas o alívio da dívida externa de países pobres altamente endividados, em consonância com programas de redução da pobreza definidos em conjunto com o Banco Mundial e o FMI.
Créditos oficiais de exportação	Créditos oficiais de exportação com elemento de concessionalidade.

6. CRONOGRAMA PARA REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO

Considerando que se trata de um primeiro levantamento, que inclui o período de 5 anos (2005-2009), e que deverá estar pronto até o final do ano de 2010, propõe-se o seguinte cronograma de atividades:

2 0 1 0																						
AÇÃO	maio					junho				julho			agosto		setembro		outubro		novembro		dezembro	
Reuniões preliminares com os órgãos e entidades																						
Capacitação dos pontos focais dos órgãos e entidades																						
Projeto piloto SISCOBRADI																						
Realização do Levantamento da COBRADI																						
Construção do formulário eletrônico pelo IPEA																						
1ª reunião geral de monitoramento do Levantamento																						
2ª reunião geral de monitoramento do Levantamento																						
3ª reunião geral de monitoramento do Levantamento																						
Apuração final e checagem dos dados do Levantamento																						
Publicação do relatório nacional sobre a COBRADI de 2005-2009																						

ANEXO: PERGUNTAS & RESPOSTAS FREQUENTES

- 1. Minha instituição participou no período em questão de diversos fóruns e espaços internacionais de compartilhamento de conhecimento, nos quais funcionários e profissionais apresentam experiências acumuladas internamente na instituição para públicos de diversos países. Posso computar os investimentos relativos à participação desses funcionários e profissionais nesses eventos como recursos da COBRADI?**

É preciso analisar caso a caso. Se o evento teve como propósito a troca ou o compartilhamento de conhecimento entre vários países, incluindo o Brasil, que também se beneficiou do conhecimento compartilhado, neste caso não se considera como COBRADI. Porém, se esse evento teve o propósito primordial de capacitar estrangeiros com base num conhecimento acumulado pelo Brasil, deve-se computá-lo como COBRADI.

- 2. Minha instituição investiu entre 2005 e 2009 recursos em países africanos, a partir de planos estratégicos desenhados ou decisões conjuntas tomadas no âmbito da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). Devo registrar esses recursos como cooperação multilateral ou bilateral?**

Se os recursos são depositados na organização internacional denominada CPLP, e o Brasil não se beneficia diretamente deles, então os dados serão computados como COBRADI multilateral. Porém, se os recursos são investidos pelo Brasil diretamente nos países que compõem a CPLP, mesmo que por decisão tomada no âmbito da CPLP, então os dados serão computados como COBRADI bilateral.

- 3. E os recursos da minha instituição que indiretamente geraram benefícios para vários países do mundo, como, por exemplo, bolsas de estudo concedidas para brasileiros no exterior que eventualmente envolveram-se em atividades de docência em função de seu destacado conhecimento técnico e científico?**

Primeiramente, é fundamental recordar que o Levantamento tem caráter quantitativo, exclusivamente focado na estimativa de gastos e custos da COBRADI. Segundo, não se deve perder de vista que o Brasil não pode ser um beneficiário direto dos mesmos. É inegável que bolsas de estudo concedidas para brasileiros no exterior geram benefícios de diferentes ordens e para diferentes países e instituições, mas o fato de se destinarem a brasileiros, em primeira instância, é decisivo para sua exclusão deste Levantamento.

- 4. Como serão computados os recursos de agências, organismos e organizações internacionais aplicados no Brasil, ou na cooperação triangular?**

Não são objeto deste Levantamento os recursos externos recebidos pelo governo federal brasileiro, oriundos de fontes externas como agências, bancos, fundos, organismos ou organizações internacionais, sejam eles diretamente direcionados para o Brasil, sejam eles parte do apoio à cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional, denominado "cooperação triangular". Portanto, esses dados não serão incluídos neste Levantamento.

- 5. Na chamada cooperação científica e tecnológica é difícil determinar de quem são os benefícios dos investimentos. O Brasil investe recursos na realização das mais diversas pesquisas, sob os mais diversos arranjos internacionais, bilaterais e multilaterais, gerando benefícios diversos para toda a comunidade científica internacional e para a sociedade internacional. Como computar esses recursos?**

Novamente, a questão dos benefícios deve ser tratada com muita cautela. Como discutido anteriormente, este Levantamento não avaliará os benefícios gerados a partir da cooperação internacional, mas apenas os gastos e custos relativos a essa cooperação. Por outro lado, serão mensurados recursos do governo federal brasileiro investidos necessariamente para o benefício de terceiros países, ou de organizações internacionais. Portanto, os recursos investidos em cooperação científica e tecnológica dos quais o Brasil também se beneficia não serão computados neste Levantamento. Não significa dizer, porém, que a cooperação científica e tecnológica brasileira é menos importante ou menos significativa para a política externa nacional ou para o desenvolvimento internacional do que a COBRADI. Trata-se apenas de manter a coerência com a definição de cooperação deste Levantamento.

6. Como computar os recursos humanos da instituição envolvidos na COBRADI que ainda não foram contabilizados internamente?

Será necessário identificar os recursos humanos deslocados para outros países, ano a ano, por meio de registros de afastamento do Diário Oficial, ou outros registros internos, e calcular seus valores estimados a partir de seus salários brutos (disponíveis no RH da instituição) e do número de dias disponibilizados por eles na ação de cooperação internacional. Deve-se cuidar para não incluir simplesmente todos os afastamentos de funcionários e profissionais para o exterior. O propósito do afastamento será o critério definidor. Não deverão ser computados os afastamentos que estiverem desvinculados de uma ação explícita de capacitação de estrangeiros a partir de conhecimentos acumulados ou tecnologias desenvolvidas pelo Brasil. Não serão computados os custos de oportunidade vinculados ao deslocamento de recursos humanos, senão apenas as horas técnicas associadas.

7. Como computar gastos com missões brasileiras realizadas ao exterior?

Novamente, a primeira pergunta a ser feita é: qual foi o propósito da missão? Tendo sido a capacitação de estrangeiros num determinado conhecimento ou tecnologia nacional, então serão somados os valores das diárias e passagens pagas aos funcionários e profissionais das instituições (aquelas exclusivamente com ônus para a instituição), e estimar as horas técnicas disponibilizadas pelos profissionais deslocados, a partir de seus salários brutos e do número de dias disponibilizados na missão.

8. Como computar diárias e passagens para funcionários e profissionais da instituição no caso de as mesmas terem sido pagas pela ABC/MRE?

Neste caso, as instituições não computarão as diárias e passagens pagas pela ABC/MRE. Caberá à ABC/MRE fazer o cômputo desses valores em seu levantamento interno. Serão computadas apenas as passagens e diárias com ônus para a instituição em questão.

9. Como contabilizar atividades isoladas (pontuais) de cooperação?

Da mesma forma que as demais atividades, calculando o somatório das estimativas de gastos e custos com horas técnicas de recursos humanos, custos administrativos associados, e outros itens considerados apropriados, conforme as orientações deste Guia.

10. Como computar a cooperação triangular?

Retomando o conceito orientador básico, os recursos da cooperação triangular utilizados para apoiar o Brasil em processos de cooperação internacional não serão contabilizados neste levantamento. É necessário, portanto, separar os gastos do Brasil daqueles não associados ao país.

11. Uma missão do exterior veio até meu órgão, entidade para conhecer a nossa estrutura e o nosso modo de funcionamento. Posso computar essa missão neste levantamento?

Esta também é uma decisão a ser tomada a partir de uma análise caso a caso. Seguindo o conceito básico orientador, se a missão veio apenas conhecer sua instituição, ou participar de uma troca de experiências bi-direcional, em que a instituição estrangeira também se apresenta e compartilha suas informações e conhecimentos, não se considera essa uma atividade adequada para a contabilização neste Levantamento. Só seria considerada adequado o cômputo caso essa missão estivesse sendo capacitada pela instituição brasileira. Neste último caso, seria adequado computar as horas técnicas de funcionários ou profissionais da instituição dedicadas à capacitação, custos administrativos associados, e, se adequado, diárias e passagens eventualmente pagas pela instituição para os estrangeiros.

12. Como computar os recursos provenientes de arranjos multi-institucionais de cooperação internacional, em que várias outras instituições, algumas internacionais, co-participam?

Nestes casos, havendo um alinhamento da cooperação com o conceito orientador básico deste Levantamento, será necessário um esforço de cálculo para isolar a parte

que cabe ao governo brasileiro nesse arranjo multi-institucional e registrar apenas essa parte.

13. Como computar custos diretos e indiretos relativos a alunos estrangeiros recebendo educação, treinamento, aperfeiçoamento, capacitação em cursos regulares/não-regulares oferecidos no Brasil?

Deverão ser computados gastos com bolsas de estudos, bem como custos para a manutenção desses alunos nos respectivos cursos, incluindo aí tutoria, material didático, laboratorial, ou de simulação, entre outros custos envolvidos.

14. Devo computar dados da COBRADI mesmo quando o país não fez a solicitação da cooperação para o Brasil?

O cômputo dos recursos investidos pelo governo federal brasileiro na cooperação internacional para o desenvolvimento não levará em consideração a origem da ação, ou seja, se ela foi originada espontaneamente por um pedido de um determinado país, ou gerado por ocasião de uma missão do governo federal brasileiro ao exterior.

15. Considerando que em 2008 o Ministério do Planejamento centralizou as contribuições brasileiras a organizações internacionais, posso entender que minha instituição não precisa fornecer essas informações?

Não. De fato, foi decidido em 2008 que o Ministério do Planejamento centralizaria as contribuições brasileiras a organizações internacionais. Porém, a decisão passou a vigorar somente em 2009, quando de fato o Ministério do Planejamento passou a pagar essas contribuições. Portanto, caberá a cada órgão e entidade participante do Levantamento informar suas contribuições no período de 2005 a 2008.

16. Como computar e classificar as doações de equipamentos de diversas naturezas para governos de outros países?

Serão computados a partir de seu valor de mercado à época da realização da doação (em R\$), e classificados na modalidade “Equipamentos de naturezas diversas”, subitem da “Cooperação Técnica”. Incluem-se nesta modalidade, a título de exemplo, equipamentos agrícolas, científicos e tecnológicos, equipamento de produção de insumos em geral, equipamentos militares para fins pacíficos.